



BANCO CENTRAL DO BRASIL
Diretoria de Política Econômica
Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais

Indicadores Fiscais

com informações até março de 2015



Série
Perguntas
Mais Frequentes

Indicadores Fiscais

Este texto integra a série “Perguntas Mais Frequentes” (PMF), editada pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin) do Banco Central do Brasil, abordando temas econômicos de interesse da sociedade. Com essa iniciativa, o Banco Central do Brasil vem prestar esclarecimentos sobre diversos assuntos da nossa realidade, buscando aumentar a transparência na condução da política econômica e a eficácia na comunicação de suas ações.

Sumário

1. O que são indicadores fiscais?	2
2. Como se definem os resultados nominal, operacional e primário do setor público?	2
3. Qual a abrangência de setor público para efeitos de cálculo do resultado fiscal?	3
4. Como são apurados os resultados fiscais? Qual a diferença entre os resultados primários “acima da linha” e “abaixo da linha”?	3
5. Quem produz os indicadores fiscais no Brasil?	4
6. Qual a diferença entre os regimes de caixa e de competência?	4
7. Qual foi o resultado primário em 2014?	4
8. Qual foi o resultado fiscal por esfera de governo em 2014?	6
9. Quais são as principais fontes de financiamento do setor público?	8
10. O que é a Dívida Bruta do Governo Geral e qual seu montante?	8
11. O que é a Dívida Líquida do Governo Geral?	9
12. Que ativos estão incluídos entre os Créditos do Governo Geral?	9
13. O que é a Dívida Líquida do Setor Público Consolidado?	10
14. Como a relação DLSP/PIB se comportou recentemente?	11
15. O que é a Dívida Fiscal Líquida?	12
16. O que é a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e qual a sua composição por emissor?	13
17. Qual a composição da DPMFi por indexador?	13
18. Qual o significado da taxa implícita?	14
19. Como posso saber mais sobre indicadores fiscais?	15

Indicadores Fiscais

1. O que são indicadores fiscais?

Indicadores fiscais são medidas de evolução das finanças do setor público que permitem avaliar o desempenho fiscal de um país ao longo do tempo. Incluem indicadores de fluxos (receitas e despesas) e de estoques (endividamento e créditos). Os resultados fiscais (diferença entre receitas e despesas), ou necessidades de financiamento, podem ser calculados pelos conceitos nominal, operacional e primário.

2. Como se definem os resultados nominal, operacional e primário do setor público?

O resultado nominal é o conceito fiscal mais amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), num determinado período. Essa diferença corresponde à necessidade de financiamento do setor público (NFSP).

O resultado operacional corresponde ao resultado nominal excluía a parcela referente à atualização monetária da dívida líquida. O conceito de resultado operacional é relevante em países de inflação alta (como o Brasil antes do Plano Real), uma vez que exclui o impacto da inflação sobre a necessidade de financiamento do setor público. A função da atualização monetária é simplesmente repor a parcela do estoque da dívida corroída pela variação dos preços. Em países com baixa inflação, onde o fator correção monetária é pouco expressivo, o conceito de resultado operacional perde relevância e tende a ser próximo do resultado nominal¹.

O resultado primário corresponde ao resultado nominal excluía a parcela referente aos juros nominais (juros reais mais a atualização monetária) incidentes sobre a dívida líquida. O resultado primário, uma vez que não considera a apropriação de juros sobre a dívida existente, evidencia o esforço fiscal do setor público livre da “carga” dos déficits incorridos no passado, já que as despesas líquidas com juros (também chamada carga de juros) dependem do estoque total da dívida pública e das taxas de juros que incidem sobre esse estoque. Se o setor público gasta menos do que arrecada, desconsiderando a apropriação de juros sobre a dívida existente, há superávit primário (Figura 1).

Figura 1

Resultado Nominal, Operacional, Primário e Juros Nominais

Res. nominal = Variação da dívida fiscal líquida

Res. Operacional = **Res. nominal** – Atualização Monetária

Res. Primário = **Res. nominal** – **Juros nominais** = **Res. Operacional** – **Juros Reais**

Juros nominais = **Juros Reais** + Atualização Monetária

Fonte: BCB

¹ As estatísticas de necessidades de financiamento no conceito operacional foram encerradas em dezembro de 2009, tendo em vista a perda de relevância do indicador em ambiente de maior estabilidade de preços.

3. Qual a abrangência de setor público para efeitos de cálculo do resultado fiscal?

O conceito de setor público considerado para efeitos de mensuração do resultado fiscal é o setor público não-financeiro mais o Banco Central do Brasil (BCB). O setor público não-financeiro, por sua vez, é composto pelo governo federal, governos estaduais, governos municipais, empresas estatais federais, estaduais e municipais e o INSS.

O setor público é usualmente dividido em três grandes grupos:

- Governo Central – definido como a soma das contabilizações das administrações federais (aqui representadas pelo resultado do Tesouro Nacional), do BCB e do sistema público de previdência para o setor privado (INSS). O resultado do Tesouro Nacional também engloba o resultado da previdência dos servidores públicos federais.
- Governos regionais – são consideradas as contabilizações das administrações estaduais e municipais.
- Empresas estatais – são considerados os resultados de empresas estatais nos três níveis de governo².

4. Como são apurados os resultados fiscais? Qual a diferença entre os resultados primários “acima da linha” e “abaixo da linha”?

Os resultados fiscais podem ser apurados de duas formas:

- “acima da linha”, que corresponde à diferença entre as receitas e as despesas do setor público; e
- “abaixo da linha”, que corresponde à variação da dívida líquida total, interna ou externa.

Em outras palavras, o método “acima da linha” apura o resultado fiscal pela diferença entre fluxos, o que permite melhor acompanhamento da execução orçamentária pelo controle das receitas e despesas.

Já o segundo método, que parte dos saldos de dívida pública para obter as necessidades de financiamentos, assegura a homogeneidade das informações e permite destacar as fontes de financiamento do setor público. Pelo método “abaixo da linha”, o resultado nominal equivale à variação total da dívida fiscal líquida no período. No caso do resultado primário, corresponde à variação da dívida fiscal líquida, excluídos os encargos financeiros líquidos.

Enquanto as necessidades de financiamento são uma medida do fluxo de recursos requerido para o setor público fazer frente aos seus dispêndios num determinado período, desconsiderados os dispêndios realizados em períodos anteriores, a dívida

² A partir de maio de 2009, as estatísticas de dívida líquida e necessidades de financiamento do setor público passaram a excluir de sua abrangência as empresas do Grupo Petrobras, de forma compatível com o Decreto nº 6.867, de 29.5.2009, que trata da programação financeira e das metas fiscais no âmbito do Governo Federal.

líquida computa o estoque de endividamento gerado pela apropriação da poupança dos demais setores da economia, até o período considerado.

5. Quem produz os indicadores fiscais no Brasil?

No Brasil, os principais indicadores fiscais de acompanhamento conjuntural são produzidos pelo Tesouro Nacional e pelo BCB. Os dados calculados pelo Tesouro Nacional restringem-se apenas ao Governo Central e seguem o conceito “acima da linha”, enquanto que o BCB calcula estatísticas fiscais para o setor público consolidado e utiliza o conceito “abaixo da linha”.

As informações fiscais divulgadas pelo BCB referem-se à dívida líquida e às necessidades de financiamento do setor público, discriminadas por esfera de governo, enquanto o Tesouro Nacional é responsável pela divulgação dos itens não-financeiros de receitas e de despesas (resultado primário) do Governo Central.

6. Qual a diferença entre os regimes de caixa e de competência?

As receitas e despesas fiscais podem ser contabilizadas pelo regime de caixa ou de competência. Pelo regime de caixa, são computadas no mês do efetivo recebimento/desembolso de recursos; no regime de competência, no mês do fato gerador da receita/despesa. Por exemplo, os salários dos funcionários públicos referentes a novembro de 2014 e pagos em dezembro sensibilizam as estatísticas de gastos em novembro, se apurados pelo regime de competência, ou em dezembro, se apurados pelo regime de caixa.

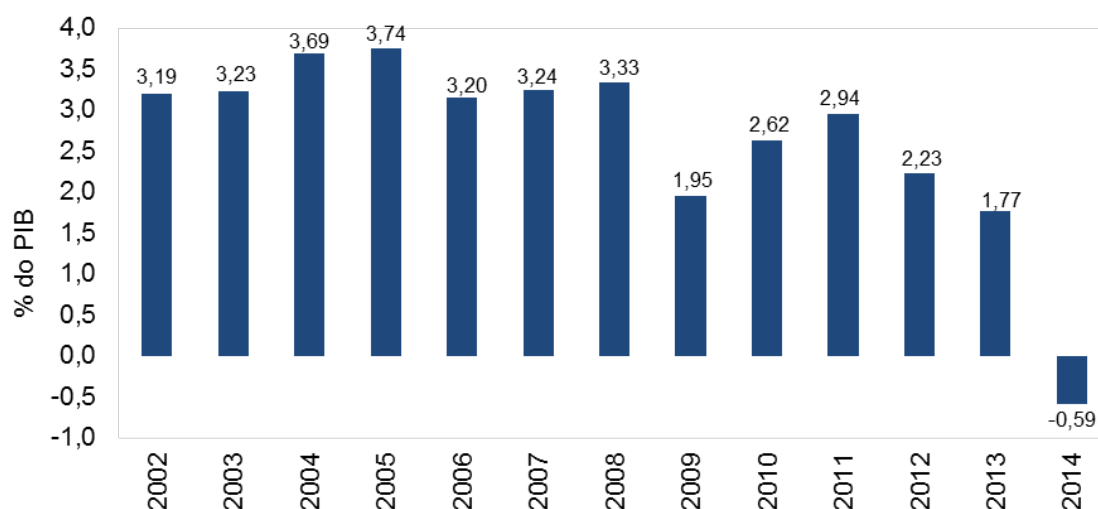
No Brasil, os resultados primários, tanto do Governo Central como do setor público consolidado, são contabilizados pelo regime de caixa. Já as despesas financeiras líquidas são apuradas pelo BCB pelo regime de competência, e com isso as NFSP no conceito nominal, formadas pela soma do resultado primário e dos juros nominais (despesas financeiras líquidas), são computadas de forma híbrida.

7. Qual foi o resultado primário em 2014?

O setor público registrou déficit primário de R\$32,5 bilhões (0,59% do PIB)³ em 2014. O acumulado em 12 meses até março de 2015 somou déficit de R\$39,2 bilhões (0,70% do PIB). Para 2015, a meta de superávit primário é de 1,2% do PIB. O Gráfico 1 apresenta o resultado primário do setor público consolidado desde 2002.

³ Nota para a Imprensa - Política Fiscal, Q III ou SGS 5078 e 5793 (todas as referências ‘SGS’ dizem respeito aos códigos de busca no link: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>)

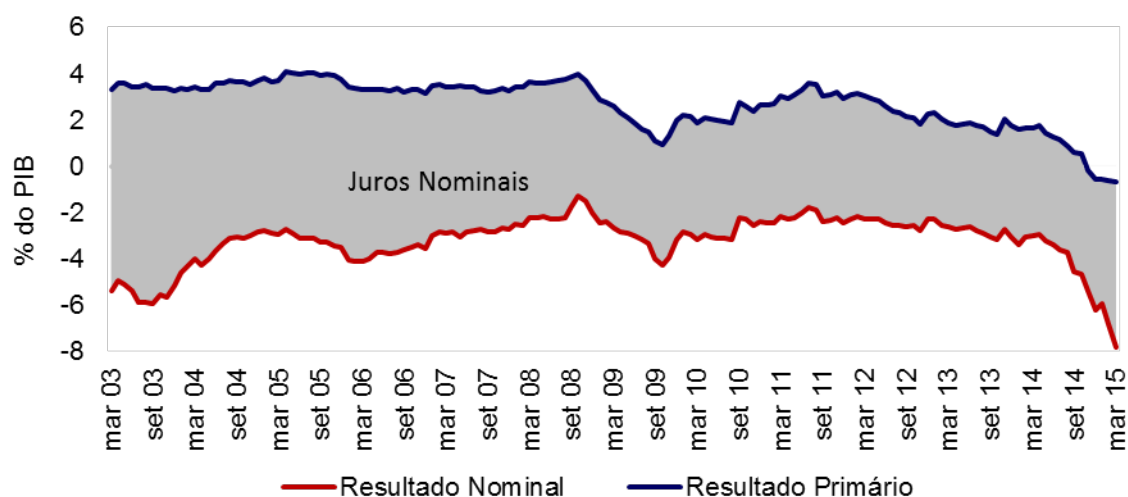
Gráfico 1
Resultado Primário do Setor Público



Fonte: BCB

O total de juros nominais⁴ incidentes sobre a dívida líquida apropriados em 2014 somou R\$311,4 bilhões (5,64% do PIB). O acumulado em 12 meses até março de 2015 somou R\$396,6 bilhões (7,11% do PIB). As necessidades de financiamento do setor público⁵, ou resultado nominal, por sua vez, totalizaram R\$343,9 bilhões (6,23% do PIB) em 2014. O acumulado em 12 meses até março de 2015 somou R\$435,7 bilhões (7,81% do PIB). O Gráfico 2 e a Tabela 1 apresentam a evolução das necessidades de financiamento do setor público consolidado, dos juros nominais apropriados e do resultado primário desde 2003.

Gráfico 2
Resultado Primário, Resultado Nominal e Juros Nominais
Fluxos acumulados em 12 meses (até mar/15)



Fonte: BCB

⁴ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5045 e 5760

⁵ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5012 e 5727

Tabela 1*Resultado Primário, Juros Nominais e NFSP (% do PIB)*

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Primário	3,23	3,69	3,74	3,15	3,24	3,33	1,95	2,62	2,94	2,23	1,77	-0,59
(+) Juros Nominais	8,41	6,56	7,28	6,72	5,98	5,33	5,14	5,03	5,41	4,54	4,83	5,64
=NFSP	5,17	2,87	3,54	3,57	2,74	1,99	3,19	2,41	2,47	2,31	3,05	6,23

Fonte: BCB

**8. Qual foi o resultado fiscal por esfera de governo em 2014?**

Conforme destacado na pergunta 3, o resultado fiscal é apurado considerando-se o setor público não-financeiro mais o BCB. O setor público não-financeiro, por sua vez, é composto pelos governos federal, estaduais, municipais, pelas empresas estatais federais, estaduais e municipais e pelo INSS⁶.

A Tabela 2 e o Gráfico 3 apresentam o resultado primário desagregado por esfera de governo, mostrando o montante do esforço fiscal realizado pelo governo central⁷ (governo federal⁸, Banco Central⁹ e INSS¹⁰), pelos governos regionais¹¹ (estaduais¹² e municipais¹³) e pelas empresas estatais¹⁴ (exclusive Grupos Petrobras e Eletrobras).

⁶ Conforme destacado na Nota 2, a Petrobras é excluída do conceito de setor público nas estatísticas fiscais.

⁷ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5002, 5717, 5035, 5750, 5068 e 5783

⁸ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5003, 5718, 5036, 5751, 5069 e 5784

⁹ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5004, 5719, 5037, 5752, 5070 e 5785

¹⁰ NI Política Fiscal, Q III

¹¹ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5005, 5720, 5038, 5753, 5071 e 5786

¹² NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5006, 5721, 5039, 5754, 5072 e 5787

¹³ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5007, 5722, 5040, 5755, 5073 e 5788

¹⁴ NI Política Fiscal, Q III ou SGS 5008, 5723, 5041, 5756, 5074 e 5789

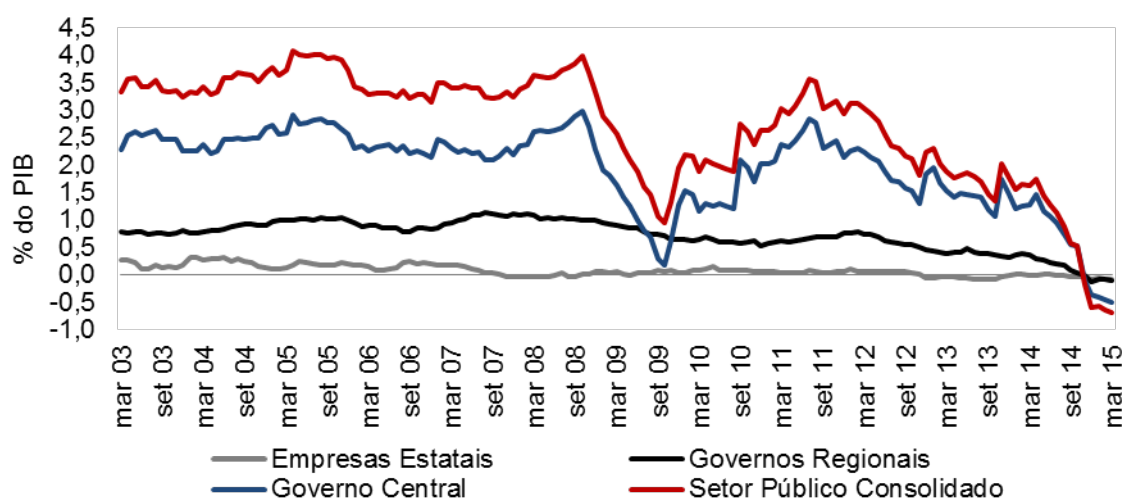
Tabela 2
NFSP por Esfera do Governo (valores correntes)

	2013		2014	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Nominal	157.550	3,05	343.916	6,23
Governo Central	110.555	2,14	271.542	4,92
Governo Federal ^{1/}	141.257	2,74	294.216	5,33
BCB	-30.702	-0,60	-22.675	-0,41
Governos Regionais	43.977	0,85	64.695	1,17
Governos Estaduais	36.557	0,71	59.714	1,08
Governos Municipais	7.420	0,14	4.982	0,09
Empresas Estatais	3.018	0,06	7.679	0,14
Juros Nominais	248.856	4,83	311.380	5,64
Governo Central	185.846	3,60	251.070	4,55
Governo Federal ^{1/}	217.866	4,22	273.860	4,96
BCB	-32.021	-0,62	-22.789	-0,41
Governos Regionais	60.314	1,17	56.905	1,03
Governos Estaduais	49.518	0,96	46.468	0,84
Governos Municipais	10.796	0,21	10.437	0,19
Empresas Estatais	2.696	0,05	3.405	0,06
Primário	-91.306	-1,77	32.536	0,59
Governo Central	-75.291	-1,46	20.472	0,37
Governo Federal ^{1/}	-76.609	-1,49	20.357	0,37
BCB	1.318	0,03	115	0,00
Governos Regionais	-16.337	-0,32	7.790	0,14
Governos Estaduais	-12.961	-0,25	13.246	0,24
Governos Municipais	-3.376	-0,07	-5.455	-0,10
Empresas Estatais	322	0,01	4.274	0,08
PIB acumulado no ano	5.157.569	100,00	5.521.256	100,00

1/ inclui INSS

Fonte: BCB

Gráfico 3
Resultado Primário do Setor Público - Por Esfera de Governo
 Fluxos acumulados em 12 meses (até mar/15)



Fonte: BCB



9. Quais são as principais fontes de financiamento do setor público?

Historicamente, o setor público brasileiro apresenta necessidades de financiamento positivas (déficits nominais). O setor público pode financiar-se (i) domesticamente, por meio de dívida mobiliária e de dívida bancária; (ii) externamente, via empréstimos e emissões de títulos; e (iii) pela redução de seus ativos.

Em 2014, fontes domésticas financiaram 97,4% das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP), enquanto fontes externas foram responsáveis por 2,6% das NFSP. A Tabela 3 apresenta o quadro de usos e fontes do setor público consolidado para 2013 e 2014¹⁵.

Tabela 3
Usos e Fontes – Setor Público Consolidado
Fluxos Acumulados no Ano

	2013		2014	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Usos (= NFSP)	157.550	3,05	343.916	6,23
Primário	-91.306	-1,77	32.536	0,59
Juros Internos	248.704	4,82	310.550	5,62
Juros Reais	133.139	2,58	220.705	4,00
Atualização Monetária	115.566	2,24	89.845	1,63
Juros Externos	151	0,00	831	0,02
Fontes	157.550	3,05	343.916	6,23
Financiamento Interno	179.126	3,47	334.882	6,07
Dívida Mobiliária	113.800	2,21	434.291	7,87
Dívida Bancária	45.736	0,89	-118.707	-2,15
Demais	19.043	0,37	19.298	0,35
Financiamento Externo	-21.577	-0,42	9.034	0,16
PIB acumulado no ano	5.157.569	100,0	5.521.256	100,0

Fonte: BCB



10. O que é a Dívida Bruta do Governo Geral e qual seu montante?

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)¹⁶, indicador fiscal muito utilizado para efeitos de comparação internacional, abrange o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

A DBGG considera, além dos títulos do financiamento mobiliário do Tesouro Nacional, as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, abrangendo, assim, toda a dívida mobiliária federal em mercado¹⁷. Em dezembro de 2014, a Dívida Bruta do Governo Geral totalizava R\$3.252,4 bilhões, equivalente a 58,9% do PIB (Tabela

¹⁵ NI Política Fiscal, Q XXVIII ou Séries Especiais – NFSP – Usos e Fontes

¹⁶ NI Política Fiscal, Q XIX ou SGS 13761 e 13762

¹⁷ Operações compromissadas são operações de compra (com compromisso de revenda) e/ou venda (com compromisso de recompra) de títulos públicos em mercado que o Banco Central realiza para controlar a liquidez da economia. São realizadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, tendo em vista que o Banco Central, obedecendo a dispositivo da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), não pode emitir títulos.

4). Em março de 2015, a Dívida Bruta do Governo Geral totalizava R\$3.480,2 bilhões, equivalente a 62,4% do PIB.

Tabela 4
Dívida Interna, Dívida Externa e Dívida Bruta do Governo Geral

	2013		2014	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
Dívida Interna	2.598	50,4	3.063	55,5
Dívida Externa	150	2,9	189	3,4
Dívida Bruta do Governo Geral	2.748	53,3	3.252	58,9

Fonte: BCB

11. O que é a Dívida Líquida do Governo Geral?

A Dívida Líquida do Governo Geral¹⁸ é o balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais. A diferença entre os dois conceitos (Dívida Bruta e Líquida) é dada pelos Créditos do Governo Geral, o saldo dos Títulos livres na Carteira do BCB e o saldo de equalização cambial (resultado financeiro das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais). Em dezembro de 2014, a Dívida Líquida totalizava R\$1.915,8 bilhões, equivalente a 34,7% do PIB (Tabela 5). Em março de 2015, a Dívida Líquida totalizava R\$1.919,7 bilhões, equivalente a 34,4% do PIB.

Tabela 5
Dívida Bruta e Dívida Líquida do Governo Geral

	2013		2014	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
Dívida Bruta do Governo Geral	2.748	53,3	3.252	58,9
(+) Créditos do Governo Geral	-1.512	-29,3	-1.580	-28,6
(+) Títulos Livres na Carteira do BCB	429	8,3	308	5,6
(+) Equalização Cambial	-5	-0,1	-65	-1,2
Dívida Líquida do Governo Geral	1.660	32,2	1.916	34,7

Fonte: BCB

12. Que ativos estão incluídos entre os Créditos do Governo Geral?

Os Créditos do Governo Geral¹⁹ incluem ativos com diferentes graus de liquidez. Entre os ativos líquidos, destacam-se os depósitos bancários da Previdência Social, impostos governamentais coletados e não transferidos em todos os níveis de governo e depósitos como os do Tesouro Nacional no BCB. Entre os ativos com menor grau de liquidez, incluem-se créditos externos do governo federal, créditos junto às empresas estatais, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e outros créditos governamentais (Tabela 6).

¹⁸ NI Política Fiscal, Q XVII ou SGS 4501 e 4536

¹⁹ NI Política Fiscal, Q XVII

Tabela 6
Créditos do Governo Geral

	2013		2014	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
1) Créditos Internos	-1.512	-29,3	-1.580	-28,6
1.1) Disponibilidades do Governo Geral	-728	-14,1	-674	-12,2
Aplicações da Previdência Social	0	0,0	0	0,0
Arrecadação a Recolher	-4	-0,1	-2	0,0
Depósitos à Vista	-8	-0,2	-11	-0,2
Disponibilidades no BCB	-656	-12,7	-606	-11,0
Aplicações na Rede Bancária Estadual	-59	-1,2	-55	-1,0
1.2) Créditos a Instituições Financeiras Oficiais	-467	-9,1	-546	-9,9
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-54	-1,0	-58	-1,0
Créditos junto ao BNDES	-413	-8,0	-488	-8,8
1.3) Aplicações em Fundos e Programas	-116	-2,3	-136	-2,5
1.4) Créditos junto às Estatais	-8	-0,2	-7	-0,1
1.5) Demais Créditos do Governo Federal	-9	-0,2	-14	-0,2
1.6) Recursos do FAT na Rede Bancária	-184	-3,6	-202	-3,7
2) Créditos Externos	-1	0,0	0	0,0
1+2) Créditos do Governo Geral	-1.512	-29,3	-1.580	-28,6

Fonte: BCB

13. O que é a Dívida Líquida do Setor Público Consolidado?

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)²⁰ consolida o endividamento líquido do setor público não financeiro e do BCB junto ao sistema financeiro (público e privado), setor privado não financeiro e resto do mundo.

É o conceito mais amplo de dívida, pois inclui os governos federal, estaduais e municipais, o BCB, a Previdência Social e as empresas estatais. Em dezembro de 2014, a DLSP totalizava R\$1.883,1 bilhões (34,1% do PIB). Desse total, a Dívida Líquida do Governo Geral²¹ atingiu R\$1.915,8 bilhões (34,7% do PIB), a Dívida Líquida do BCB²² foi negativa em R\$72,0 bilhões (-1,3% do PIB) e a Dívida Líquida das Empresas Estatais²³ correspondeu a 39,4 bilhões (0,7% do PIB) (Tabela 7). Em março de 2015, a DLSP totalizava R\$1.847,7 bilhões (33,1% do PIB). Desse total, a Dívida Líquida do Governo Geral atingiu R\$1.919,7 bilhões (34,4% do PIB), a Dívida Líquida do BCB foi negativa em R\$114,9 bilhões (-2,1% do PIB) e a Dívida Líquida das Empresas Estatais correspondeu a 42,8 bilhões (0,8% do PIB).

²⁰ NI Política Fiscal, Q IX ou SGS 4478 e 4513

²¹ NI Política Fiscal, Q XVII ou SGS 4501 e 4536

²² NI Política Fiscal, Q XVII ou Séries Especiais – Dívida Líquida e Bruta do Governo Geral – DLSP (metodologia vigente a partir de 2008)

²³ NI Política Fiscal, Q XVII ou Séries Especiais – Dívida Líquida e Bruta do Governo Geral – DLSP (metodologia vigente a partir de 2008)

Tabela 7
Dívida Líquida do Setor Público

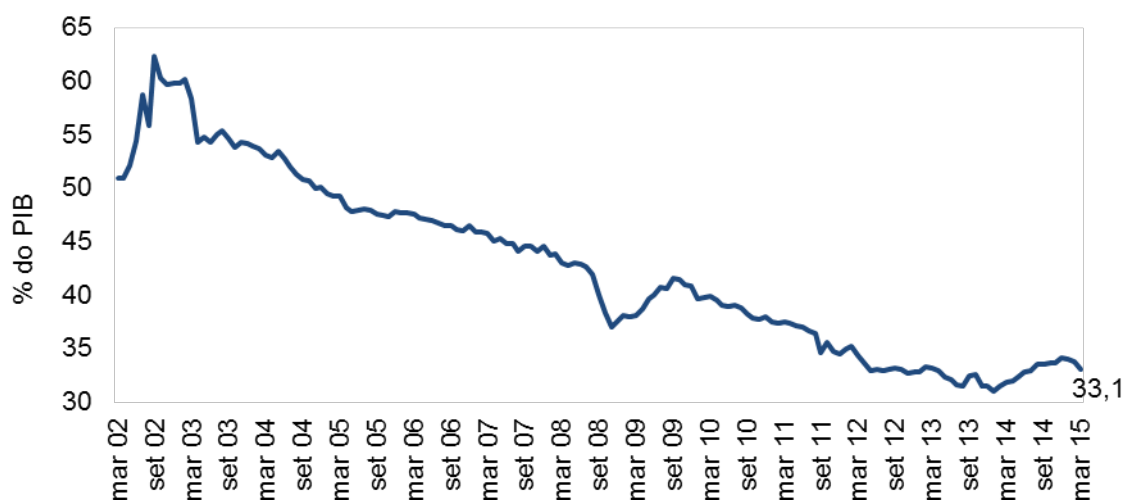
	2013		2014	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
Dívida Líquida do Governo Geral	1.660	32,2	1.916	34,7
(+) Dívida Líquida do BCB	-65	-1,3	-72	-1,3
(+) Dívida Líquida das Estatais	31	0,6	39	0,7
Dívida Líquida do Setor Público	1.626	31,5	1.883	34,1

Fonte: BCB

14. Como a relação DLSP/PIB se comportou recentemente?

Como se observa no Gráfico 4, em relação ao pico atingido em setembro de 2002 (62,9%), quando a relação DLSP/PIB foi fortemente impactada pela desvalorização da taxa de câmbio, a dívida pública vem declinando como proporção do PIB, correspondendo a 33,1% em março de 2015.

Gráfico 4
Dívida Líquida do Setor Público
(até mar/15)



Fonte: BCB

A Tabela 8 apresenta os principais fatores condicionantes²⁴ da DLSP em 2013 e 2014. Pode-se observar que a variação da DLSP em 2014 correspondeu a 2,6% do PIB. Contribuíram para essa elevação os juros nominais apropriados, com 5,6 p.p. do PIB; a valorização cambial, com -1,7 p.p.; a variação de paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, com 0,2 p.p.; e o déficit primário, com 0,6 p.p.. Esses valores foram compensados, parcialmente, pelo efeito do crescimento do PIB nominal, que contribuiu com 2,1 p.p.

²⁴ NI Política Fiscal, Q VII ou Séries Especiais – Fatores Condicionantes da DLSP

Tabela 8
Fatores Condicionantes para a Evolução da DLSP

	2013		2014	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
DLSP - Variação Acumulada no Ano	76,3	-1,4	256,8	2,6
Fatores Condicionantes	76,3	1,5	256,8	4,7
NFSP	157,5	3,1	343,9	6,2
Primário	-91,3	-1,8	32,5	0,6
Juros Nominais	248,9	4,8	311,4	5,6
Ajuste Cambial	-95,9	-1,9	-96,1	-1,7
Dívida Interna Indexada ao Câmbio	-4,6	-0,1	-2,8	-0,1
Dívida Externa - Metodológico	-91,3	-1,8	-93,2	-1,7
Dívida Externa - Outros Ajustes	17,6	0,3	12,5	0,2
Reconhecimento de Dívidas	-2,4	0,0	-3,5	-0,1
Privatizações	-0,5	0,0	0,0	0,0
Efeito Crescimento PIB - Dívida		-2,8		-2,1
PIB acumulado no ano em valores correntes	5.157,6		5.521,3	

Fonte: BCB

15. O que é a Dívida Fiscal Líquida?

O BCB calcula a Dívida Fiscal Líquida a partir dos dados de DLSP, excluindo os efeitos de ajustes metodológicos e patrimoniais. Esses ajustes são efetuados para retirar dos fluxos correntes valores que não representam esforço fiscal despendido durante o período em análise e que não podem ser considerados no cálculo das necessidades de financiamento do setor público.

O ajuste metodológico representa a variação da dívida decorrente do impacto da variação da taxa de câmbio sobre a dívida externa líquida²⁵ e sobre a parcela da dívida interna indexada ao câmbio²⁶. O ajuste metodológico da dívida do setor externo decorre da conversão dos saldos pela taxa de câmbio de final do período e dos fluxos pela taxa de câmbio média do mês.

Já os ajustes patrimoniais²⁷ englobam o reconhecimento de dívidas do setor público geradas no passado ("esqueletos") e que já produziram impacto macroeconômico. Como esses passivos representam déficits já ocorridos, seu reconhecimento não traz impacto no cálculo de necessidades de financiamento, mas passam a integrar o saldo da dívida líquida total, impactando o estoque e o serviço da dívida. De forma análoga também são excluídos do cômputo da dívida fiscal líquida os efeitos do processo de privatização de empresas (receitas de venda e transferências de dívidas para o setor privado)²⁸.

Pela Tabela 9 podemos confirmar que, em dezembro de 2014, o saldo da Dívida Fiscal Líquida²⁹ alcançou R\$1.943 bilhões, equivalente a 35,2% do PIB. Em março de 2015, o mesmo saldo atingiu R\$2.067 bilhões, equivalente a 37,0% do PIB.

²⁵ Séries Especiais – Composição da DLSP ou SGS 10822 e 10828

²⁶ Séries Especiais – Composição da DLSP ou SGS 10824 e 10830

²⁷ Séries Especiais – Composição da DLSP ou SGS 10821 e 10827

²⁸ Séries Especiais – Composição da DLSP ou SGS 10820 e 10826

²⁹ Séries Especiais – Composição da DLSP ou SGS 10825 e 10831

Tabela 9*Dívida Fiscal Líquida e Dívida Líquida do Setor Público*

	2013		2014	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
Dívida Fiscal Líquida	1.599	31,0	1.943	35,2
(+) Ajuste Metod. Dívida Interna	107	2,1	104	1,9
(+) Ajuste Metod. Dívida Externa	-107	-2,1	-188	-3,4
(+) Ajuste Patrimonial	104	2,0	100	1,8
(+) Ajuste de Privatização	-76	-1,5	-76	-1,4
Dívida Líquida do Setor Público	1.626	31,5	1.883	34,1

Fonte: BCB

A diferença entre o estoque de dívida fiscal líquida em dezembro de 2013 (R\$1.598,7 bilhões) e o estoque de dívida fiscal líquida em 2014 (R\$1.942,6 bilhões) correspondeu às necessidades de financiamento do setor público ou resultado fiscal nominal do período (R\$343,9 bilhões). Ou seja, a variação absoluta da dívida fiscal líquida em um período é igual ao déficit nominal do setor público consolidado no mesmo período.

16. O que é a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e qual a sua composição por emissor?

A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi)³⁰ é o estoque de títulos em mercado emitidos pelo Tesouro Nacional, e alcançava R\$2.183,6 bilhões em dezembro de 2014 e R\$2.316,5 bilhões em março de 2015. Cabe observar que o artigo 34 da Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, vedou a emissão de títulos da dívida pública pelo BCB a partir de 2002.

17. Qual a composição da DPMFi por indexador?

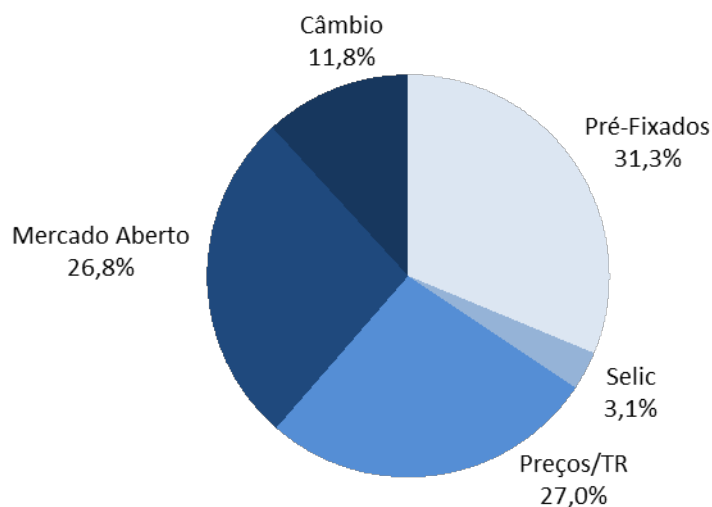
Em março de 2015, incluindo na dívida cambial os instrumentos derivativos em câmbio (*swap* cambial), 3,1% da DPMFi estavam indexados à taxa Selic, 11,8% ao câmbio, 27,0% a índices de preços ou TR e 31,3% eram títulos prefixados (Gráfico 5)³¹. O Gráfico 6 apresenta a evolução da DPMFi por indexador desde março de 2000, posição de custódia, explicitando operações de mercado aberto – operações que se referem ao saldo, corrigido pela taxa contratada, das operações de financiamento com prazo a decorrer, no último dia do mês (valores positivos indicam financiamento tomado pelo Banco Central).

³⁰ NI Política Fiscal, Q XXXVI ou SGS 4154

³¹ NI Política Fiscal, Q XXXVIII ou Séries Especiais – Dívida Mobiliária Federal – Estoque, Perfil de Vencimentos e Participação por Indicador

Gráfico 5

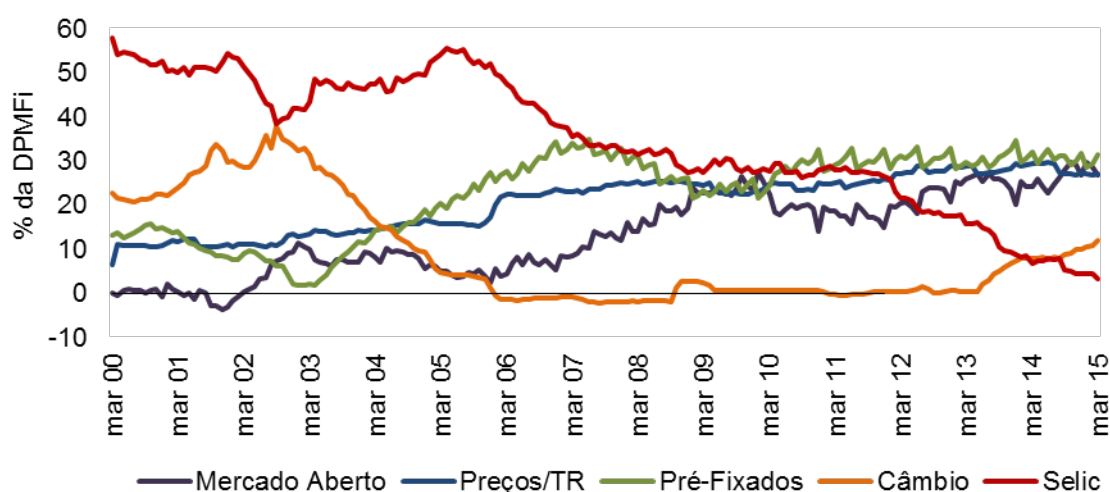
*Composição da DPMFi por indexador com swap cambial
(mar/15)*



Fonte: BCB

Gráfico 6

*Evolução da Composição da DPMFi por Indexador
(até mar/15)*



Fonte: BCB

18. Qual o significado da taxa implícita?

A DLSP é composta de passivos e ativos com diferentes taxas de remuneração. Por exemplo, a base monetária tem custo zero, a dívida mobiliária doméstica é remunerada por diferentes indexadores e a dívida externa tem remuneração atrelada à variação cambial e ao custo de captação no exterior. Assim, a taxa implícita representa a média das taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos da DLSP. Em 2014, a taxa implícita³² sobre a DLSP correspondeu a 19,3%.

³² NI Política Fiscal, Q XIV ou Séries Especiais – Taxa de Juros Implícita

19. Como posso saber mais sobre indicadores fiscais?

O BCB divulga mensalmente a "Nota para a Imprensa de Política Fiscal" (<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOLFISC>), com os últimos dados fiscais do setor público. Além do texto resumo, a Nota para a Imprensa apresenta uma série de quadros com os indicadores fiscais mais recentes e de períodos anteriores, para efeitos de comparação.

Outra fonte de consulta para os dados fiscais é a publicação "Resultado do Tesouro Nacional", divulgada mensalmente na página da Secretaria do Tesouro Nacional na internet (www.stn.fazenda.gov.br). O Tesouro também disponibiliza na internet diversos relatórios sobre execução fiscal, além de documentos sobre a trajetória recente da dívida pública.

Para encontrar as séries de dados e atualizar os gráficos e tabelas apresentados neste documento, pode-se recorrer às *séries temporais* disponíveis na página do BCB na internet, em <https://www3.bcb.gov.br/sqspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries> seleção por assunto ⇒ Finanças Públicas ou seleção por código, utilizando os números indicados nas notas de rodapé deste texto.

O BCB também disponibiliza planilhas em Excel com os principais indicadores econômicos em <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Os indicadores fiscais encontram-se no Capítulo IV – Finanças Públicas. Além disso, existe base de dados específica em planilha excel para diversos indicadores fiscais, em *Séries Especiais*, disponível em <http://www.bcb.gov.br/?SERIETEMP>.

Finalmente, para aqueles interessados em aprender mais sobre a metodologia de cálculo dos indicadores fiscais divulgados pelo Banco Central, encontra-se disponível para consulta o "Manual de Estatísticas Fiscais publicadas pelo Departamento Econômico do Banco Central" na página do BCB na internet, em <http://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/Estatisticasfiscais.pdf>

Série “Perguntas Mais Frequentes”
Banco Central do Brasil

1. Juros e *Spread* Bancário
2. Índices de Preços no Brasil
3. Copom
4. Indicadores Fiscais
5. Preços Administrados
6. Gestão da Dívida Mobiliária, Operações de Mercado Aberto e *Swap* Cambial
7. Sistema de Pagamentos Brasileiro
8. Contas Externas
9. Risco-País
10. Regime de Metas para a Inflação no Brasil
11. Funções do Banco Central do Brasil
12. Depósitos Compulsórios
13. Sistema Expectativas de Mercado

Diretor de Política Econômica

Luis Awazu Pereira da Silva

Equipe

André Barbosa Coutinho Marques
Carolina Freitas Pereira Mayrink
Henrique de Godoy Moreira e Costa
Luciana Valle Rosa Roppa
Luiza Betina Petroll Rodrigues
Manuela Moreira de Souza
Maria Cláudia Gomes P. S. Gutierrez
Márcio Magalhães Janot

Coordenação

Renato Jansson Rosek

Criação e editoração:

Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais
Brasília-DF

Este fascículo faz parte do Programa de Educação Financeira do
Banco Central do Brasil